

As inflexões do termo pardo na trajetória de Antonio Ferreira Cesarino (Campinas, século XIX)

Daniela do Carmo Kabengele*

Resumo

Este artigo trata dos sentidos do termo *pardo* no período imperial, à luz da trajetória de Antonio Ferreira Cesarino. Permitiram sua inscrição nessa categoria de cor elementos como diferenciação e desempenho social, relações pessoais, e inserção em redes de sociabilidade. A primeira parte do artigo passa em revista acontecimentos expressivos de sua vida e destaca dois momentos em que a cor parda lhe foi atribuída. A segunda parte observa alguns estudos que tratam dos sentidos inscritos nesta categoria, o que traz contribuições à minha argumentação. A parte conclusiva trata das relações de Cesarino com pessoas da elite campineira, sobretudo, de sua suposta submissão.

Palavras-chave: Pardo. Século XIX. Condição Social. Alianças.

The inflections of the term *pardo* in the trajectory of Antonio Ferreira Cesarino (Campinas, century XIX)

Abstract

The article examines the meanings of the term *pardo* in the Brazilian imperial period observing the trajectory of Antonio Ferreira Cesarino. Elements such as differentiation and social performance, personal relationships, inclusion in social networks allow for the inclusion of Antonio in this color category. The first part of the article reviews some significant events of his life and highlights two times when he was assigned pardo. The second part notes some studies that consider the meaning of this category and lists the detail of my research with these studies. The final part discusses the relationship between Cesarino and people of Campinas's elite, especially of an alleged submission.

Key-words: Pardo. XIX Century. Social Condition. Alliances.

Entre o final do século XVIII e início do XIX, a hierarquia da sociedade escravista brasileira se definia não apenas pela evidente distinção jurídica e social entre livres e escravos mas também pelas clivagens que perpassavam a população negra livre, forra e descendente de escravos. As diferenças com relação a essa população podiam ser matizadas de variadas maneiras: fosse pela condição legal (livre, ingênuo ou forro), pela nacionalidade (africano ou crioulo), pelos mecanismos particulares para se obter a liberdade e a sobrevivência ou ainda, pelos designativos de cor. De certa maneira, nos termos de cor usados para referência aos afrodescendentes, a hierarquização, por essa época, projetou mais uma de suas expressões.

Se até as últimas décadas do Setecentos a cor apresentava-se como um mecanismo de distinção

social, cujo sentido se fundamentava, na maior parte das vezes, na condição de liberdade dos brancos e escravidão dos negros, na virada daquele século, quando muitos negros, homens e mulheres, alcançaram a condição de livres, o sentido foi ganhando contornos ampliados. A experiência do cativo já não concernia a todos os negros e, por isso mesmo, a terminologia racial teve que se ajustar a essa realidade e dar conta da população negra, não-escrava e distinta em seu conjunto. Logo, nesse escopo, a designação “pardo” encontrou seu traçado.

O objetivo do presente artigo consiste em mostrar os usos e sentidos do termo pardo no período imperial à luz da trajetória de Antonio Ferreira Cesarino. Não aleatoriamente, nosso ecorde cronológico pauta-se em uma justificativa de ordem documental, uma vez que Antonio

* Doutoranda em Antropologia Social – UNICAMP. Foi Bolsista Ford-Fulbright, é mestre em Antropologia Social – UNICAMP e Graduada em Ciências Sociais, Bacharel em Sociologia – UNICAMP. E-mail: danieladecarmo@gmail.com

aparece classificado como pardo em 1822, e décadas à frente, em 1875. Os documentos que se reportam a essas datas são duas fontes primárias: a *Lista Geral dos Habitantes da Vila de São Carlos de 1822* e uma passagem do *Diário do Imperador D. Pedro II*, de 1875.

A *Lista Geral dos Habitantes da Vila de São Carlos de 1822* encontra-se disposta na forma de *slides* no Arquivo Edgar Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas. A lista geral de habitantes, também chamada de listas nominativa, eram censos domiciliares que traziam informações como nome, naturalidade, idade, estado conjugal e cor, assim como a atividade econômica do domicílio, a ocupação de cada um e o grau de parentesco ou relação do indivíduo com o chefe do domicílio. A utilização dessa *Lista* para mostrar a classificação de cor de Antonio apresenta-se inédita.

O *Diário do Imperador D. Pedro II* encontra-se localizado no Arquivo Histórico do Museu Imperial, em Petrópolis/RJ¹. Ao contrário de seu pai, que enfrentou três guerras, abdicou do trono e morreu cedo, aos 35 anos de idade, D. Pedro II pode aproveitar “o lado bom” da vida de imperador. Fez várias viagens pelo Brasil e pelo mundo (Europa, Estados Unidos, Egito, Líbano e diversos outros países) e, nessas ocasiões, encontrava as elites locais, frequentava jantares, museus e eventos. D. Pedro II registrava tudo isso em documentos, desenhos e diários. No que diz respeito à menção de Cesarino no *Diário do Imperador*, alguns trabalhos acadêmicos já o fizeram. José Roberto do Amaral Lapa (1996), Irene Maria Ferreira Barbosa (1997), Schuma Schumamer e Érico Vital Brazil (2007) referem-se ao *Diário do Imperador* e à visita que Sua Majestade fez ao colégio que Cesarino viria a fundar. Contudo, Lapa (1996), preocupou-se mais em precisar o dia exato da chegada do imperador a Campinas no ano de 1875, uma vez que há controvérsias quanto ao dia¹. Barbosa (1996) e Schumamer e Brazil (2007), em particular, indicam a passagem do *Diário* em que o imperador classifica Cesarino como *parado*, mas nenhum desses autores desenvolvem a discussão a respeito dessa classificação. Apesar de Surya Aaronovich Pombo de Barros (2005)

¹ Arquivo Histórico do Museu Imperial, *Diário do Imperador D. Pedro*, v. 16, 25, ago. 1875

não fazer referência ao *Diário*, ela anuncia a classificação de Cesarino na categoria *parado* e, em nota de rodapé, a autora esboça o que seria o princípio de uma discussão a respeito dessa categoria no período escravista, entretanto, a autora não a desenvolve (BARROS, 2005, p. 87, nota 13). Explicitados os autores que, de alguma maneira, tangenciam essa segunda fonte primária e o alcance de suas abordagens, passo então a contextualizar a trajetória de Cesarino.

Natural da Vila do Paracatu do Príncipe, noroeste mineiro, Antonio Ferreira Cesarino, negro, nasceu em 1808. Alguns autores, como Irene Ferreira Barbosa (1997) e José Galdino Pereira (2001), afirmam que Cesarino era um escravo liberto; porém, esses autores não indicam fontes ou apresentam maiores informações que comprovem essa afirmação, nem especificam o tipo de alforria por ele obtida (se paga e onerosa ou se gratuita). Certo é que, na *Lista* de 1822, Cesarino não é classificado como escravo; portanto, se Cesarino tivesse sido escravo, em 1822 já não era mais.

Em criança, Cesarino aprendeu a ler e a escrever, ensinado pela tia paterna, que o criara. Por volta dos 12 anos de idade, acompanhado pelo pai tropeiro, o menino deixa a vila mineira com destino a terras paulistas, mais especificamente com destino à Vila de São Carlos, futura cidade de Campinas. Lá chegando, foi viver como agregado na fazenda do capitão-mor João Francisco de Andrade. Após a morte do pai, Cesarino passou a viver como “protegido” do referido capitão.

Data de então o documento no qual Antonio aparece classificado por cor: a *Lista Geral dos Habitantes da Vila de São Carlos, de 1822*. Ao primeiro domicílio da lista correspondia o nome do capitão-mor João Francisco de Andrade, natural de (Santana de) Parnaíba, 63 anos, casado, branco, senhor de engenho; seguido pelo nome de sua esposa, Anna Franco Cardozo, 61 anos, casada, branca, e pelos três filhos. Em seguida, lê-se o nome de quatro agregados da fazenda e, após esses, os nomes dos 42 escravos. Todos os escravos foram classificados como “negros”. Em relação aos agregados, encontravam-se listados: José da Costa Delgado, natural da Europa, 78 anos, solteiro, branco; Maria Joaquina do Espírito Santo, natural de Parnaíba, 59 anos, solteira, branca; Ana Custódia, natural da Vila

de São Carlos, 11 anos, solteira, branca; por fim, Antonio, natural de Paracatu, 14 anos, solteiro, pardo. Assim, pela primeira vez em terras campineiras, eis nosso personagem classificado como pardo.

Com o tempo, Antonio tornou-se feitor de engenho na fazenda; por esse trabalho, e para espanto do autor de sua elegia, “ganhou o respeitável salário de 160 réis por dia!”². Não foi à toa que o salário recebido por ele mereceu a exclamação, pois, afinal, sua renda anual, estimada em torno de 58 mil réis, equiparava-se à renda anual de diferentes profissões registradas no Censo de 1825 e, em alguns casos, até ultrapassava, como nas profissões de camarada de tropa, com rendimentos em torno de 32 mil réis; professor, com 55 mil réis e alfaiate, com 57 mil réis.³

Em meados da década de 1820, portanto, Antonio Ferreira Cesarino já estava estabelecido em uma ocupação e recebia salário digno de nota. E assim seguiu vivendo, seguindo de maneira diferenciada, mobilizando para si conteúdos considerados sofisticados à época, como por exemplo os primeiros ensinamentos de música, ainda na fazenda do capitão-mor, com ninguém menos que o músico Manoel José Gomes, o “Maneco Músico”, pai do ilustre compositor campineiro Carlos Gomes.

Ao deixar a fazenda, Cesarino passou por um rol de ocupações: carpinteiro, músico e alfaiate. Em relação ao ofício de alfaiate, sabe-se que ele se estabeleceu e que ia bem. Mais uma vez Cesarino firmara-se em uma atividade que o remunerava satisfatoriamente. A isso se acrescenta o fato de que, ainda naquela época, trabalhando como alfaiate, começara a estudar à noite, “com esforço, até conseguir o diploma de professor”⁴. Casado e com filhos, tornou a se estabelecer profissionalmente, ainda no ramo de vestuário, mas agora na comercialização de fazendas (tecidos). Ao que parece, esse negócio deu certo por algum tempo, tanto é que, ao enumerar as principais casas de negócios em Campinas a partir da segunda metade do século XIX, o memorialista Raphael Duarte indicou a loja de Cesarino entre as principais casas do ramo (DUARTE, 1905). Mas os ventos começaram a soprar ao contrário, e o negócio com a alfaiataria passou a não ir tão bem; por isso, Cesarino foi

tentar a sorte em outra freguesia ou, melhor dito, em outras freguesias, uma vez que decidiu se recuperar financeiramente indo mascatear e lá foi ele para o Paraná e o Rio Grande do Sul, procurando vender suas mercadorias. Na volta, havia “conseguido alguma cousa”⁵ e então, fundou um colégio na cidade de Campinas.

O leitor a esta altura já deve estar se perguntando: como Cesarino, mesmo considerado *pardo*, conseguiu realizar tamanha façanha?

Há que se admitir o contexto histórico da época. Desde meados do século XIX, Campinas experimentou a expansão da lavoura cafeeira, o acúmulo de capital privado e as transformações na cidade e na mentalidade de seus habitantes. Nessa localidade paulista, a expansão da lavoura cafeeira encontrou uma de suas mais fortes expressões, haja vista que desde o ciclo econômico anterior, com a cultura do açúcar, Campinas já se orientava para uma produção voltada para o mercado externo e, por isso mesmo, encontrava-se relativamente equipada para a produção em larga escala. Acentuando cada vez mais o desenvolvimento de maquinários e implementos, de benfeitorias e edificações, apostando na concentração de mão de obra escrava e estabelecendo um sistema de transportes regular constituído inicialmente por tropas de muares – e a partir de 1872 por ferrovias – os fazendeiros campineiros puderam se inserir na produção cafeeira de modo bastante competitivo. E se, na cultura do café, objetivou-se a base dos rendimentos da população agrária paulista, os grandes produtores de Campinas passaram, então, a concentrar um dos mais significativos capitais privados da região⁶.

Sob o impulso desses capitais, transcorreram, na cidade de Campinas, significativas transformações que se fizeram sentir quando os grandes proprietários de terras deixaram de morar no campo e passaram a construir os sobrados residenciais na cidade, exigindo adequação necessária para isso. E é justamente na chave da implementação de benfeitorias que “cresceu a tendência em promover melhoramentos urbanos”⁷. O desenvolvimento dos serviços de utilidade pública, como iluminação, água, esgoto e transporte urbano, além de situar a cidade de Campinas entre as de maior desenvolvimento

urbano da época, correspondia a algumas das adequações.

E não se pode compreender o significado dessas transformações sem pensar na importância que certos grupos estavam dando à educação. Tendo no horizonte o crescimento econômico e as transformações dele advindas, mas também a extrema desigualdade e as muitas contradições presentes na sociedade, alguns grupos que vinham ganhando projeção e se tornando influentes na cidade – como os liberais e os republicanos, em especial – enxergavam na educação a solução para o desenvolvimento social. Ao progresso da cidade respondiam com o letramento de seus cidadãos e o alcance dessa ideia foi percebido nas muitas escolas que se abriram na cidade a partir da segunda metade do século XIX, entre elas, o colégio de Cesarino.

A isso se acrescentam, evidentemente, outros fatores, como a ventura do capital financeiro de que Cesarino dispunha na ocasião e em seu veemente fôlego, em se tratando de investidas no mundo dos negócios. Atam-se a isso suas credenciais profissionais ora traduzidos em aportes educacionais, esses que se somaram ao de sua esposa e filhas, e as boas relações que Cesarino mantinha com figuras “bem colocadas” na sociedade campineira.

Aos 10 dias do mês de março de 1860, Antonio Ferreira Cesarino e a sua esposa, Balbina Gomes Cesarino, abriram as portas de um colégio para moças na então pujante cidade paulista de Campinas. Situado inicialmente na Rua do Alecrim, nº 1, esquina com a Rua América (atual esquina da Rua 14 de Dezembro com a Dr. Quirino), o Colégio Perseverança encontrava-se localizado, anos após a inauguração, na Rua do Comércio (atual Rua General Osório). No ano de 1865, o colégio atendia “44 alumnas”⁸, muitas delas abastadas. Pelo menos esse foi o parecer de alguns contemporâneos sobre o corpo discente do colégio. O jornalista Henrique Barcellos (1854-1911), por exemplo, sublinhou que o Perseverança era “frequentado por filhas das melhores famílias de Campinas”⁹. Por seu turno, o jornalista/memorialista Leopoldo Amaral (1856-1938) escreveu que eram “algumas [alunas] pertencentes às primeiras famílias desta cidade”¹⁰. Opinião parecida expressou um século adiante um bisneto de Antonio, o ilustre Antonio

Ferreira Cesarino Júnior, que em suas *Memórias*, de 1982, observou que o estabelecimento de ensino fundado por seu bisavô atendia a “filhas de fazendeiros da região”.

O quadro docente do colégio se estendia do familiar ao social. Da família, apresentavam-se o próprio Antonio, sua esposa Balbina e as filhas do casal: Amancia, Bernardina e Balbina filha. Da sociedade campineira, compareceram Leopoldo Amaral e Amador Florence, este último, filho mais velho do primeiro casamento de Hércules Florence, pioneiro de fotografia na cidade de Campinas, com D. Maria Angélica Machado e Vasconcellos. Amador Florence viria a se tornar, anos após sua estada no Perseverança, professor de Latim, Francês e Desenho no renomado Colégio Culto à Ciência, fundado pelo irmão de sua madrasta; anos mais tarde, tornar-se-ia um de seus diretores.

Já Leopoldo Amaral (1856-1938), funcionário público e, na maturidade, proeminente jornalista que escreveu sobre temas e aspectos da história da cidade, foi, no ano de 1875, convidado por Cesarino a tomar parte “na banca de exames finais de anno” do colégio. Em notas, Leopoldo Amaral conta que Cesarino simpatizou tanto com seu sistema de perguntas que então insistiu com ele para que ministrasse aulas de francês no colégio. Daquela mesma banca de exames participou também um certo Padre Januário, que respondia pela presidência da mesa, mas sobre quem não se pôde reunir informações. De todo modo, Leopoldo conta ainda que um conhecido dele, o Major Sarmiento, também tomou parte em um baile promovido pelo colégio no ano de 1875 e “como a gente tinha vinte annos, foi um dansar sem fim”¹¹. Conquanto Moraes Sarmiento muito bailasse naquela noite, despertando a alegre atenção das moças, o que se deve observar é que, por ocasião do baile, ele já estava se firmando como figura importante na cidade, pois foi naquele mesmo ano de 1875 que fundou o jornal Diário de Campinas, tornando-se seu proprietário.

Deve-se salientar a presença dos indivíduos que ensinaram no colégio de Cesarino. Afinal, um professor de Latim de família ilustre; um promissor funcionário público, que mais tarde tornar-se-ia um proeminente jornalista da cidade; um padre cuja batina poderia infundir

seriedade por onde passasse, pois não se pode esquecer de que se trata de uma localidade de tradição católica e que não muito tempo antes do transcorrer desses eventos era chamada de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas; todos esses sujeitos, que carregavam consigo a envergadura de suas pertenças, estariam aprofundando a reputação do colégio. Se os dados de que disponho não são capazes de revelar o momento exato e a maneira específica pela qual Cesarino conheceu e travou relações com cada uma dessas pessoas e as aglutinou no espaço do colégio, nota-se, todavia, uma cordialidade entre eles.

O jornalista Leopoldo Amaral, por exemplo, após a mencionada participação na banca dos exames de final de ano do colégio em 1875, volta após as férias, para dar a primeira aula de francês, para alegria do velho Cesarino, que o convidara. Note-se, nesse ponto, um dos preceitos da *reciprocidade* esboçado pelo antropólogo francês Marcel Mauss: “O convite deve ser feito e deve ser aceito” (MAUSS, 2003, p. 295). Assim, por entre cordialidades, convites, aceites e resultados excelentes, Cesarino pôde ir formando o corpo docente de seu colégio e ir se relacionando com essas pessoas importantes da cidade. Pessoas importantes que viviam numa das cidades mais importantes do Império.

Campinas crescia e se fazia notar. No ano de 1875, O Imperador logrou visitar mais uma vez a cidade. Entre os dias 18 e 31 de agosto de 1875, D. Pedro II seguia viagem pela Província de São Paulo, visitando as cidades de São Paulo, São João de Ipanema, Sorocaba, Itu, Jundiaí, Campinas, Rio Claro e São Vicente. José Roberto do Amaral Lapa (1996) afirma que o Imperador visitou Campinas naquele ano “por ocasião da inauguração da linha da Companhia Mojiana de Estradas de Ferro de Campinas a Moji-Mirim” (LAPA, 1996, p. 87). Não obstante, a documentação de que disponho informa ainda que o Imperador também visitou a Casa que se construía para a Misericórdia, uma fábrica de chapéus, uma fábrica de tijolos e alguns estabelecimentos de ensino da cidade¹² e o ponto que mais nos interessa: na manhã do dia 25 de agosto, a comitiva real apeou na cidade de Campinas e o Imperador almoçou na “excelentemente preparada” casa de um ilustre

local. Após o almoço, Sua Majestade visitou alguns estabelecimentos de ensino da cidade e esteve no colégio da família Cesarino, registrando em seu *Diário*: o “Colégio Perseverança do Cesarino e sua mulher pardos tem muitas meninas e é conceituado”. O mais revelador dessas breves linhas são as variáveis que o imperador arregimenta: a cor do casal proprietário, o tanto de alunas que frequentavam o colégio e o juízo que se tinha a respeito do estabelecimento. Se, como dá a entender, o imperador repercutiu a boa impressão sobre o colégio, não o fez sem deixar de indicar primeiramente a cor dos proprietários: pardos. E assim Cesarino foi mais uma vez classificado sob o termo pardo.

Conhecidos alguns aspectos da trajetória de Cesarino e os momentos em que ele foi classificado sob o termo *pardo*, volta-se neste momento para alguns estudos que tratam dos sentidos inscritos nesse termo e para os rendimentos analíticos que desses estudos decorrem.

A CATEGORIA PARDO NO ESPAÇO IMPERIAL

A discussão sobre os usos e significados dos termos de cor vem ganhando espaço nos estudos sobre o escravismo brasileiro. Transitando por períodos e conteúdos empíricos distintos, uma série de trabalhos recentes não apenas chamam a atenção para o complexo jogo classificatório praticado, dando mostras da variedade e ambiguidade dos termos, como também descortinam os sentidos do designativo *pardo*. Para o período imperial, os trabalhos de Hebe Mattos (1996, 2000), Sheila Farias (2004) e Roberto Guedes (2007) trazem apontamentos a serem aqui considerados¹³.

No livro *Das Cores do Silêncio*¹⁴, Hebe Mattos já confere uma dimensão social ao termo “pardo”:

Apesar de a literatura sobre o tema utilizar, em geral, o significante “pardo” de um modo restrito e pouco problematizado – como referência à pele mais clara do mestiço, como sinônimo ou como nuance de cor do mulato – a coleção de processos cíveis e criminais com os quais tenho trabalhado me levou a questionar

esta correspondência. Na qualificação dos réus e testemunhas, nestes documentos, a “cor” era informação sempre presente até meados do século XIX. Neles, todas as testemunhas nascidas livres foram qualificadas como brancas ou pardas. Deste modo, ao contrário do que usualmente se pensa, o termo me parece que não era utilizado (no período colonial e mesmo no século XIX, pelo menos para as áreas em questão) apenas como referência à cor da pele mais clara do mestiço, para a qual se usava preferencialmente o significante mulato. A designação de “pardo” era usada antes, como forma de registrar uma diferenciação social, variável conforme o caso, na condição de não branco. Assim, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se pardo, bem como todo homem nascido livre, que trouxesse a marca de sua ascendência africana – fosse mestiço ou não. [...] (MATTOS, 1996, p. 30).

Não que os pardos não fossem mestiços, pois como se sabe, muitos eram; mas eram, especialmente, livres ou forros, e mediante os olhos dos outros, ou seja: para serem considerados pardos, esses indivíduos dependiam do reconhecimento social de sua condição de liberdade, que era constituído, vale dizer, pelas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam.

Em páginas dedicadas ao exame das relações entre identidade racial, escravidão e cidadania no Brasil oitocentista, Hebe Mattos (2000) também discute os usos e significados dos termos de cor. Do fato de que durante todo o período colonial, e até mesmo nas primeiras décadas do século XIX, as palavras “negro”, “preto” e “crioulo” foram usados exclusivamente para designar escravos e ex-escravos, procede seu argumento em relação àqueles que não se enquadravam nessas palavras – e cujo número aumentava de maneira expressiva. Nas primeiras décadas do século XIX, “o Brasil comportava não apenas uma das maiores populações escravas das Américas, mas também a maior população de descendentes livres de africanos do continente” (MATTOS, 2000, p. 13).

Em face dessa realidade, não cabiam mais os designativos de “preto”, “negro” ou “crioulo” para classificar todo e qualquer afrodescendente,

pois muitos deles já não eram ou nunca foram escravos. Assim, o designativo “pardo” passou a figurar na terminologia racial de modo a compreender e indicar a população de negros vivendo em liberdade. Tem-se, então, um viés interpretativo que não se confunde com o entendimento que atribuiu ao termo pardo um sentido apenas racial, ou seja, apenas ligado à miscigenação.

Sheila Faria (2004), em um estudo sobre mulheres escravas e libertas que mercadejavam nos arraiais do Rio de Janeiro e de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, apresenta um pensamento parecido ao de Mattos. Faria observa que o termo pardo não se referia necessariamente à cor da pele, mas à condição de livres dos indivíduos de ascendência africana.¹⁵ Não obstante, a autora deixa ver também o duplo significado do termo quando esse tanto “podia indicar uma miscigenação, como se referir a filhos ou descendentes de crioulos”. Nestas condições, o termo compreendia um arranjo social:

O termo pardo fosse uma espécie de curinga, pois qual outra denominação deveria ser dada aos filhos, já nascidos livres, de africanos libertos, por exemplo? Pretos não podiam ser, porque não nasceram na África. Mulato e cabra também não, porque não eram mestiços. Restava o pardo, amplamente utilizado para se referirem aos que não eram africanos ou crioulos, na escravidão, e aos filhos de alforriados, na liberdade (FARIA, 2004, p. 69).

A ideia expressa nessa passagem leva à conclusão de que “pardo, como negro, preto, dentre outras expressões, eram pessoas que não tinham cores diferentes, mas diferentes qualidades” (Idem, p. 78).

Na mesma linha interpretativa, Roberto Guedes (2007), ao estudar das trajetórias de famílias egressas do cativo que vivenciaram a ascensão social na vila Porto Feliz no século XIX, mostra que a atribuição da cor da pele a um indivíduo se relacionava à sua capacidade de mobilidade social e de estabelecer laços pessoais. Em outras palavras, os designativos usados em referência aos afrodescendentes acompanhavam suas reputações sociais. Os dados enfeixados

pelo autor de fontes seriais são reveladores e permitem-lhe afirmar que a ascensão social poderia levar até mesmo à mudança de cor, isto é, se em determinado ano, um forro era classificado como pardo, em outro, a classificação podia variar de tal modo que aquele mesmo indivíduo, de acordo com sua ascensão social, podia ser reclassificado como branco.

O autor sublinha ainda que a mudança de posição se dava não apenas na hierarquia social estamental, mas também em via intragrupal, ou seja, no âmbito familiar e através de gerações. E se a mobilidade social daqueles indivíduos “não é entendida exclusivamente como enriquecimento”, isto é, nem sempre era ascendente, quando era, reunia elementos bem conduzidos do trabalho, das relações familiares e da inserção em redes de socialização.

APROXIMAÇÕES

As análises desses três autores sobre os sentidos do termo *pardo* no período imperial são, evidentemente, bem mais elaboradas do que o sugerido acima. Mas para os propósitos deste artigo, a indicação parece suficiente. Conquanto as especificidades de suas pesquisas, as reflexões permitem considerações que os aproximam. Retém-se que o termo *pardo* não necessariamente indicava a cor mais clara do mestiço ou do mulato, visto que também indicava a condição social dos indivíduos, em especial, a condição de liberdade. O designativo *pardo* podia combinar aspectos da cor e da condição social, mas tal combinação não era simétrica e a ênfase em um aspecto ou outro dependia do contexto. Eram pardos mediante os olhos dos outros, ou seja, para serem considerados pardos, os indivíduos dependiam do reconhecimento social de sua condição de liberdade, que era constituída, vale dizer, pelas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam. Tais inflexões dão mostras dos (re)arranjos da terminologia racial no período escravista.

Meu argumento se conecta à bibliografia referida neste exato ponto: Cesarino foi classificado sob o designativo *pardo* devido à sua condição social, não em razão de sua cor. Ele foi designado *pardo* em 1822 e em 1875 porque tinha uma favorável condição social que permitia

ser classificado como tal.

É compreensível, portanto, porque o recenseador da *Lista* e o próprio Imperador, em seu *Diário*, classificaram Cesarino como pardo. Liberto, conhecedor das letras e dos números, protegido por um homem importante, tais eram as disposições que se inscreviam em Cesarino por ocasião de sua classificação na lista de habitantes da cidade. Na fazenda em que ele vivia, sua condição legal não se confundia com a condição legal dos outros negros: Cesarino era, até onde se sabe, escravo liberto e os outros negros da fazenda eram escravos; Cesarino vivia como agregado à fazenda, enquanto que os outros negros viviam como cativos; Cesarino sabia ler e escrever, predicado raro na Vila de São Carlos, considerando-se que, mesmo alguns anos depois, já no ano de 1838, a vila contava “com uma população de 6.689 habitantes [dentre os quais], apenas 205 sabiam ler e escrever” (BARBOSA, 1997, p. 58). Sidney Chalhoub sublinha que na sociedade brasileira do século XIX “entre a população livre, apenas 23,43% dos homens e 13,43% das mulheres sabiam ler e escrever, numa média de 18,56% de alfabetizados; incluídos os escravos, essa média final descia para 15,75%” (CHALHOUB, 2003, p. 282). Saber ler e escrever eram predicados raros, estimados e usualmente aproveitados à época.

Cesarino era protegido pela “maior autoridade da Vila de S. Carlos [autoridade que perdurou] durante longos vinte e quatro anos”¹⁶, o capitão-mor João Francisco de Andrade. De agregado e protegido, a feitor do engenho, Antonio passou a receber um expressivo salário do capitão-mor. Considere-se também a narrativa do viajante-engenheiro Luiz D’Alincourt, de 1818, que observa que: “(...) o Capitão Mor João Francisco de Andrade, por sua altura, e extraordinária gordura, que o priva de montar a cavalo (...)”¹⁷. Tem-se, de um lado, um fazendeiro impedido de montar e, de outro, Cesarino, senão exímio montador, como fora o pai tropeiro, mas certamente experimentado nessa atividade, haja vista a longa travessia que fez em lombos de animais de Paracatu para a Vila de São Carlos. Desimpedido de montar, Cesarino pôde mais uma fazer-se necessário.

Um conjunto de atributos estimados e reunidos em um rapaz, de um lado; e tarefas,

proteção e bom pagamento, dispostos nos domínios de um importante fazendeiro, de outro. E ainda que as fontes não sejam capazes de descrever em detalhes a centralidade da figura do capitão-mor na vida de Cesarino, quando este passou a viver como agregado em suas terras, é possível pensar, a partir das informações disponíveis, nos rendimentos sociais que aquele “apadrinhamento” pode ter tido para Cesarino. Exemplo disso talvez fossem as aulas de música que ele começou a ter com Maneco músico. Nossa hipótese é que devido à relação próxima que Cesarino tinha com o capitão-mor, ele começou a ter a oportunidade de se relacionar com pessoas de destaque da sociedade campineira, e dessa relação tirar proveito. Assim, desse ângulo de derivação, as benesses recaídas sobre Cesarino naquela fazenda estiveram vinculadas a uma relação de dependência, mas também de troca de favores.

As atividades que exerceu como feitor de engenho, carpinteiro, músico e alfaiate revelam sua aderência regular ao mundo do trabalho. Em paralelo, o vultoso salário por ele recebido na fazenda do capitão-mor somado ao capital financeiro que conseguiu acumular até finais de 1850 dão mostras relativas de sua capacidade financeira. Nessa chave, Cesarino seguia se diferenciando da maioria dos negros, mesmo daqueles que viviam em liberdade.

A isso se acrescenta a classificação que lhe foi dada pelo imperador por ocasião da visita ao Colégio Perseverança. Enquanto proprietário de um conceituado colégio da cidade, a condição de Cesarino novamente não se confundia com o dos outros negros; e sob o termo pardo, a diferenciação de Cesarino se constituía e se mantinha. Cesarino tinha prestígio na cidade. O uso das expressões “filhas das melhores famílias”, “pertencentes às primeiras famílias”, “moças, filhas de fazendeiros” – em referência às discentes que frequentavam o seu colégio – mais do que especificar a origem social moças, enfatiza, obviamente, o prestígio desfrutado pelo colégio, mas também evidencia o prestígio de que gozava a família proprietária junto à sociedade. Os negros que experimentavam o processo de mobilidade social ascendente não eram classificados como “pretos” ou “negros”; eram denominados “pardos”. E assim foi com um negro, o “pardo”

Cesarino. Assim, a dimensão simbólica que está por trás do destaque da origem social das alunas do Colégio Perseverança não deve ser admitida exclusivamente pelo *status* que as alunas e suas famílias tinham na sociedade campineira, mas, num jogo de espelhos, diz muito também sobre o *status* que o próprio Cesarino e sua família desfrutavam naquela sociedade, ao receber em suas dependências abastadas meninas.

Ademais, no sublinhar dos nomes que compuseram por tempo e momentos variados o quadro docente do Colégio Perseverança ou que, de alguma forma, tomaram parte nas atividades por ele promovidas, nota-se a substantiva rede de relações de Cesarino e de sua família. Nas bem constituídas (no sentido de existirem e perdurarem por longo tempo) e eficientes (no sentido de se prestarem a fins definidos) relações de Cesarino com destacados nomes da sociedade campineira se observa, portanto, parte do prestígio e reconhecimento por ele alcançados.

Por fim, deve-se salientar um ponto importante, que também foi lembrado por Guedes (2007) em sua pesquisa: o relacionamento dos afrodescendentes em condição de liberdade com pessoas da elite local. Cesarino muito bem relacionou-se com pessoas da elite campineira. Se essa relação poderia implicar a submissão de Cesarino às pessoas dessa elite, pode-se afirmar, entretanto, que a submissão não era de toda forma. Embora certamente houvesse desigualdade e assimetria nas relações entre os afrodescendentes em condição de liberdade e pessoas da elite e, por suposto, houvesse desigualdade e assimetria nas relações de Cesarino com a elite local, a dependência nem sempre era unilateral, podendo haver, assim, interesse das duas partes. Considerando muitas passagens da vida de Antonio Ferreira Cesarino, isso se mostra plausível.

Vista à maneira alargada, a trajetória de Cesarino indica uma constância da prática de favores e de troca de favores que concentravam um conjunto de alianças, as quais sustentaram seu itinerário. Esse homem, recebeu e fez favores de diversos tipos e em diversas situações; e se, em alguns momentos, tais favores foram feitos e trocados sem interesse aparente, em outros, os interesses mostravam-se evidentes. Qualifico esse favores no sentido amplo de *mercês*. Mercês e a

troca de mercês são entendidas como benesses, préstimos, dádivas, cordialidades, esforços e toda sorte de princípios e práticas úteis e proveitosas que se conectam com as capacidades de dar, receber e retribuir. No caso de Cesarino, a efetiva circulação de mercês corresponde a um “fato social total”, que engloba diversos domínios da vida coletiva e pressupõe a manutenção das relações sociais já estabelecidas.

Deve-se reconhecer que Cesarino foi, sem dúvida, um homem marcado por condições favoráveis, mas também pelo pensamento e pela ação. Ainda que tenha sido favorecido por sua condição social, pela classificação na categoria *pardos*, pelas mercês e pela troca de mercês, ainda que ele tenha feito alianças vantajosas, Cesarino foi um homem que trabalhou muito, um homem que dirigia a vista para sociedade escravista em que vivia e para as possibilidades ali existentes. Contando muito com os outros, mas contando muito mais consigo mesmo, esse foi o portar-se do negro, o *pardos* Cesarino.

Notas

1 José Roberto do Amaral Lapa cita o dia 28 de agosto, e o faz dizendo que é este o dia que consta nos documentos do imperador (LAPA, 1996, p.100). De outra parte, Jolumá Brito (apud LAPA, 1996, p. 100, nota 25), indica o dia 25 de agosto. Objetivando coligir as informações sobre a visita de D. Pedro II a Campinas no ano de 1875 diretamente na fonte primária, enviei um e-mail para o Arquivo Histórico do Museu Imperial (AHMI) solicitando um agendamento para eu mesma realizar uma consulta ao *Diário do Imperador* D. Pedro II. Gentilmente, a pessoa responsável pelo Arquivo respondeu-me dizendo que tal documento não se encontra disponível para consulta, que o *Diário* foi publicado em 1999, mas que atualmente a edição encontra-se esgotada. Contudo, enviou-me uma cópia no formato *word* da transcrição do volume 16 do *Diário*, onde consta como informação a respeito da chegada do Imperador a Campinas, a data de 25 de agosto. AHMI, *Diário do Imperador*, v. 16, 25 ago. 1875.

2 Centro de Memória da Unicamp, Fundo Jolumá Brito. CMU, FJB, série 10-Personagens, “C”, P316, fl. 4.

3 Para uma descrição detalhada da renda anual de diferentes profissões no período, ver: MARTINS, V. *Nem senhores, nem escravos*: os pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850. Campinas, SP: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996, p. 99.

4 Centro de Memória da Unicamp, Fundo Antonio Ferreira Cesarino Júnior. CMU, FAFCJ, Mb, P3,11, fl. 3

5 CMU, FJB, série 10-Personagens, “C”, P316,

filipetas.

6 Cf. LUNA, F. V. & KLEIN, H. S. *Evolução da Sociedade Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

7 VIOTTI DA COSTA, E. *Da monarquia à república*: momentos decisivos. São Paulo: Grijalbo, 1977, p. 197.

8 Relatório do Presidente da Província de 1865. In: Brazilian Government Document Digitization Project Provincial Presidential Reports → Sítio: www.crl.edu/content/brazil/sao.htm Acesso: maio de 2010.

9 CMU, FAFCJ, Pasta 3, I- Origens.

10 CMU, FJB, Serie 10-Personagens, “C”, P316, fl. 4.

11 CMU, FJB, série 10-Personagens, “C”, P316, fl. 5.

12 Arquivo Histórico do Museu Imperial, Diário do Imperador D. Pedro. AHMI, DI, v. 16, 25, ago. 1875.

13 Sobre o período colonial, ver: SANTOS, J. T. “De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII e XIX”. *Afro-Ásia*, número 32, p. 115-137, 2005; LARA, S. H. *Fragmentos setecentistas*: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. VIANA, L. *O Idioma da mestiçagem*: as Irmandades de Pardos na América Portuguesa. Campinas, SP: Editora da UMICAMP, 2007. Estes estudos também se vertem sobre uma quantidade apreciável de documentação, oferecendo um panorama riquíssimo da terminologia racial do período e, com acuidade, revelam as especificidades da categoria parda no espaço colonial.

14 MATTOS, H. M. *Das Cores do Silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil XIX). 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

15 Esta perspectiva também é compartilhada por Peter Eisenberg. Ver: EISENBERG, P. “Ficando Livre: As Alforrias em Campinas no Século XIX”. In: _____. *Homens Esquecidos*: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séc. XVIII e XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p. 269-270.

16 FARJALLAT, C. S. “O primeiro capitão mor de Campinas”. *Correio Popular*, Campinas, 16 jan., 1972 (Nossa terra e nossa gente).

17 D’ALINCOURT, L. *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. Edição eBooksBrasil, digitalizado. Biblioteca Histórica Paulista. Copyright: ©2001, 2006.

Lista de Abreviaturas

AEL – Arquivo Edgar Leuenroth

AHMI – Arquivo Histórico do Museu Imperial

CMU – Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas

FAFCJ – Fundo Antonio Ferreira Cesarino Junior

FJB – Fundo Jolumá Brito

Fontes Primárias

Lista Geral de Habitantes na Vila de São Carlos, de 1822 (AEL).

Diário do Imperador D. Pedro, v. 16, 25, ago. 1875 (AHMI).

Fonte Primária Eletrônica

Relatório Presidente da Província de 1865. *Provincial President Reports (1830-1930)*

Endereço do sítio: www.crl.edu/content/brazil/sao.htm→Collections→Digital Collections→Collections→Brazilian Government Document →Browse → Provincial President Reports (1830-1930)→São Paulo→Anexos → A1-34→Collegios Particulares do Sexo Feminino.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, I. M. F. *Enfrentando preconceitos: um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdades*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.

BARROS, S. A. P. “Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX”. In: *História da Educação do negro e outras histórias*. ROMÃO, J. (Org.) Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 79-92, 2005.

CHALHOUB, S. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

D'ALINCOURT, L. *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. Edição eBooksBrasil, digitalizado. Biblioteca Histórica Paulista. Copyright: ©2001, 2006.

DUARTE, R. *Campinas de outrora*. São Paulo: Typographia Andrade & Mello, 1905.

EISENBERG, P. “Ficando Livre: As Alforrias em Campinas no Século XIX”. In: _____. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil - séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

FARIA, S. S. C. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. 278 f. Tese de Doutorado. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2004.

FARJALLAT, C. S. “O primeiro capitão mor de Campinas”. *Correio Popular*, Campinas, 16 jan., 1972 (Nossa terra e nossa gente).

GUEDES, R. “De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO, J.; ALMEIDA, C. M. C. de; SAMPAIO, A. C. J. de (Orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no antigo regime nos trópicos*. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, . p. 337-376, 2007

LAPA, J. R. A. *Cidade: Os Cantos e os Antros: Campinas: 1850-1900*. 1ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LARA, S. H. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LUNA, F. V. & KLEIN, H. *Evolução da Sociedade Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MATTOS, H. M. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil XIX)*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

MATTOS, H. M. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2000.

MAUSS, M. “Ensaio sobre a Dádiva: Forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas”. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 183-314, 2003.

PEREIRA, J. G. Galdino. *Os negros e a construção da cidadania: estudo do Colégio São Benedito e da Federação Paulista dos Homens de Cor, 1896 a 1914*. 2001. 200f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas,

Campinas, 2001.

SANTOS, J. T. “De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII e XIX”. *Afro-Ásia*, número 32, p. 115-137, 2005.

STEIN, S. J. *Vassouras – um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

VIANA, L. *O Idioma da mestiçagem: as Irmandades de Pardos na América Portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

VIOTTI DA COSTA, E. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

